
A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA: O CASO DOS PROFESSORES (AS) CONTRATADOS (AS) PELO REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA) NO ESTADO DA BAHIA

LA SOBREEXPLOTACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN LA PANDEMIA: EL CASO DE LOS PROFESORES CONTRATADOS POR EL RÉGIMEN ESPECIAL DE DERECHO ADMINISTRATIVO (REDA) EN EL ESTADO DE BAHIA

THE OVER-EXPLOITATION OF TEACHING WORK IN THE PANDEMIC: THE CASE OF TEACHERS HIRED BY THE SPECIAL REGIME OF ADMINISTRATIVE LAW (REDA) IN THE STATE OF BAHIA

Érica Vieira Souza¹
erica_iga@yahoo.com.br

Glauber Barros Alves Costa²
glauberbarros@hotmail.com

Resumo: Este estudo está situado no âmbito das políticas públicas educacionais, tem por objetivo apresentar a superexploração do trabalho dos professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19). A metodologia consiste numa revisão bibliográfica que prioriza a totalidade histórica - social do tema. Os resultados revelam que o ensino remoto foram realizados principalmente pelo teletrabalho com as seguintes consequências: intensificação da jornada de trabalho docente, exaustão docente, adoecimento docente, falta de formação tecnológica, falta de recursos digitais e acesso à internet. Portanto, as condições do trabalho pelo ensino remoto intensificaram a exploração do trabalho docente.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Teletrabalho. Trabalho docente. Pandemia. REDA.

Resumen: Este estudio se enmarca en el ámbito de las políticas educativas públicas y tiene como objetivo presentar la exploración laboral del profesorado contratado por el Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) durante la pandemia del coronavirus (COVID-19). La metodología consiste en una revisión bibliográfica que prioriza la totalidad histórica y social del tema. Los resultados revelan que la docencia a distancia se llevó a cabo principalmente mediante teletrabajo,

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/UNEB-2022). Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB-2013). Bolsista da (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB-2022). Membro do GEPEGEO, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia do DCH campus VI - UNEB. E-mail: erica_iga@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6845-7272>.

² Doutor em Educação (UFSCAR - 2019). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS - 2011). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB-2004). Líder do GEPEGEO, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia do DCH campus VI - UNEB. Professor adjunto e coordenador do programa de Mestrado em Ensino (PPGELS) da UNEB campus VI. E-mail: glauberbarros@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964>.

con las siguientes consecuencias: intensificación de la jornada docente, enfermedad de los profesores, falta de formación tecnológica, falta de recursos digitales y acceso a internet. Por lo tanto, las condiciones laborales de la docencia a distancia intensificaron la exploración laboral docente.

Palabras clave: Docencia a Distancia. Teletrabajo. Trabajo docente. Pandemia. REDA.

Abstract: This study is situated within the scope of public educational policies and aims to present the overexploitation of the work of teachers hired by the Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) during the Coronavirus (COVID-19) pandemic. The methodology consists of a bibliographic review that prioritizes the historical and social totality of the topic. The results reveal that remote teaching was carried out mainly through telework with the following consequences: intensification of the teaching workday, teacher exhaustion, teacher illness, lack of technological training, lack of digital resources and internet access. Therefore, the working conditions for remote teaching intensified the exploitation of teaching work.

Keywords: Remote Learning. Telework. Teaching work. Pandemic. REDA.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte de um estudo situado no âmbito das políticas públicas educacionais. Trata-se de uma pesquisa de mestrado intitulada “A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)” defendida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2022. Tem por objetivo apresentar a superexploração do trabalho dos professores REDA durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19³) através dos impactos do ensino remoto adotado pelos sistemas educacionais como alternativa para o desenvolvimento de atividades escolares remotas que outrora inexistiam no ensino público presencial.

Para reflexão do tema, o ensino remoto será adotado ao discutirmos as implicações da pandemia para o trabalho docente. Essa compreensão será realizada através do conceito do modo de produção que é fundamental para entender a totalidade histórica-social. Segundo Carvalho (2008) “[...] Marx se referia a essa mesma categoria quando afirmou que as condições de produção de toda sociedade formam um todo (p.51)”, as categorias são sínteses, dialética do real concreto que não se reduz apenas a um resumo.

As escolas públicas no Brasil estão despreparadas e inadequadas para a oferta do ensino remoto na pandemia (Oliveira, 2020). Então, adaptações foram implementadas pela rede de ensino para a realização das atividades educacionais não presenciais, o que exigiram

³ A pandemia do Coronavírus ocorreu entre os anos de 2019 a 2023. Segundo Souza e Costa (2020, p.393) “A palavra “pandemia” é usada para descrever uma doença infecciosa que ameaça milhares pessoas, desrespeitando as fronteiras geográficas do planeta”. Enquanto, para Santos (2020, p.10) “O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível”. Dentre os inimigos invisíveis, temos o Mercado, que é imprevisível nas suas mutações, influenciando a vida do ser humano, inclusive nos currículos e na rotina das instituições escolares.

dos professores e dos alunos recursos tecnológicos e conhecimentos específicos para utilizá-los. Existe uma evidente desigualdade econômica e social persistente na pandemia do Brasil, que se agravou ainda mais com o distanciamento social, na realização do trabalho e dos estudos em casa. As desigualdades na educação brasileira vão desde a infraestrutura das escolas à falta de professores, e esse problema estrutural irá refletir e ser aprofundado com os impactos da Covid-19.

As condições de oferta da educação remota não são as mesmas para todos, muito pelo contrário, elas refletem a oferta desigual dos nossos sistemas escolares em termos de acesso a fatores como recursos tecnológicos, apoio pedagógico, dentre outros (Oliveira; Pereira Júnior, 2020). Aqui se elencam as seguintes hipóteses para o fracasso do ensino remoto: a falta de planejamento; a centralidade pedagógica; a ausência de diálogo entre os docentes e a comunidade escolar; a inexistência de investimento estrutural; o negacionismo dos indicadores de desenvolvimento social e do contexto econômico dos atores envolvidos; a inabilidade dos gestores; a inadequação da carga horária; a falta de política formativa; o excesso de atividades e a falhas didáticas; a falta de conectividade e de equipamentos (Farias, 2021).

A situação política do país agravou-se ainda mais com a pandemia, pois com um governo inoperante e desinteressado em lidar com a crise sanitária e econômica, retirando os recursos sociais da população para pagar as dívidas públicas, beneficiando apenas os banqueiros e aos grandes empresários da época. Para Magalhães (2021, p. 59) “Não obstante a importante implementação do auxílio-emergencial⁴ para evitar um completo colapso, muito pouco se tem feito para prover aos grupos de maior vulnerabilidade uma efetiva rede de proteção social.” O auxílio emergencial pago pelo governo federal é um suporte (benefício) financeiro para os trabalhadores informais nesse tempo de crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID 19 (Brasil, 2021). Os valores do auxílio foram em 2021 reduzidos para R\$150,00 reais, 250,00 ou 375,00 dependendo da composição da família em quatro parcelas.

O REDA no estado da Bahia, funciona com uma seleção anual, realizada pelo governo para contratação via prestação de serviço de professores (as) que poderão ser contratados (as) de 3 meses a 06 anos, sem vínculo empregatício permanente. Nesse sentido,

⁴ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise (Brasil, 2021).

os (as) professores (as) desempregados e que estão no aguardo da convocação do REDA, em sua grande maioria encontram-se sem a assistência social. Enquanto, outros (as) professores (as) estão sendo obrigados (as) a trabalharem com seus aparelhos eletrônicos para atender às demandas do ensino remoto. Nessa perspectiva, o trabalho com esta temática justifica-se pelo fato de que nos últimos anos o estado da Bahia vem de forma corriqueira utilizando-se dos processos seletivos simplificados em detrimento dos concursos efetivos para contratação de professores na rede estadual de ensino.

O cenário educacional foi sendo reconfigurado devido à pandemia, imputando às instituições de ensino e os profissionais da educação a adotarem novas práticas pedagógicas. Inseridos nesse contexto, estão os professores contratados pelo REDA, que tem sua vida profissional ainda mais precarizada com o ensino remoto. Além disso, o momento exige uma política pública de qualidade que prioriza-se investimentos em equipamentos tecnológicos e infraestrutura adequada, bem como uma sólida formação continuada para os docentes lidarem com o avanço tecnológico no sistema educacional brasileiro, uma vez que o ensino remoto é um grande desafio ao professor (a) da educação básica que teve sua vida profissional e pessoal alterada.

A metodologia desse estudo consiste numa revisão bibliográfica e documental existente sobre a temática. Para Gil (2002, p.44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura ampla do fenômeno. Através da pesquisa documental utilizou-se de editais, portarias, resoluções e leis como “fonte rica e estável de dados (Gil, 2002,p.46) . É nesse contexto, que esse trabalho propõe uma reflexão, para isso o texto está dividido em duas partes, na primeira parte falam-se do ensino remoto e na segunda dos impactos desse ensino remoto na expropriação do trabalho docente.

O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Para Thomaz Júnior (2020) o pior está porvir⁵, pois existe um movimento destrutivo em formato de uma tríade descoronizar, desbolsonarizar e desmoronizar, que impõe aos trabalhadores e a sociedade brasileira a marca da modernidade, neste século. Esse colapso é resultado do capitalismo de mercado, aonde tudo é negócio. Para Mészáros (2008,

⁵ “Porvírus” é uma expressão utilizada por Thomaz Júnior (2021) para pensar o que irá acontecer após a pandemia da COVID-19.

p.12-13) “o capital é irreformável, porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é incontrolável e incorrigível”. Desse modo, impacta em todos os setores, inclusive na educação.

Se não bastassem as mudanças intrínsecas às formas de produção e às relações de trabalho, o desrespeito aos diretos e à vida dos trabalhados causaram repercussões significativas. A pandemia do Coronavírus já pode ser considerada o acontecimento mais marcante do século XXI. Suas causas e seus desdobramentos estão acontecendo num mundo globalizado, fazendo com que o fluxo de pessoas e informações e a proliferação do vírus aconteçam em um curto tempo e espaço, como alerta Magalhães (2021):

Num mundo globalizado, que acelera o tempo e comprime o espaço, o fluxo de capitais, pessoas e informações intensifica e eleva exponencialmente as consequências da pandemia e os riscos decorrentes da retração econômica, do aumento da vulnerabilidade social e da incapacidade dos sistemas de saúde em face dos efeitos e impactos que atingem, em maior ou menor medida, nações, populações e grupos sociais em todo o mundo (p.35).

Dentre as consequências da pandemia, a retração econômica gera pobreza e fome, desvelando a vulnerabilidade social e a incapacidade do sistema público de saúde em oferecer recursos humanos e estrutura física adequada para atendimento dos doentes. Mas, antes de qualquer coisa, é preciso saber que a crise do capital⁶ já estava estabelecida antes mesmo do Coronavírus. Também é preciso ter consciência, que a cada crise é destruída alguma força produtiva criada (Marx; Engels, 2008).

A pandemia da COVID-19 no Brasil vem mostrar a disparidade da desigualdade social no país, um contingente enorme de desempregados é resultado do capitalismo perverso que produz riqueza em razão da exploração do trabalho. Isso acontece porque, os homens precisam para sobreviver, criar e renovar as condições de sua reprodução.

[...] apesar das teorias que pregam o fim da centralidade do trabalho e a negação de sua importância, em meio à atual pandemia do Coronavírus, houve movimentações de empresários e do Presidente da República, para que os trabalhadores quebrassem a quarentena e voltassem ao trabalho (Souza; Sousa; Reis, 2020, p.197).

⁶ A crise estrutural do capital emergiu em meados de 1970, inaugurando uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizado por novos fenômenos sociais que compõe o capitalismo global nos últimos tempos marcado pela precarização do trabalho, ou seja, pela precarização do homem-que-trabalha (Alves, 2012).

É o trabalho, o responsável pela sobrevivência e desenvolvimento dos seres humanos. Então, como o Estado conduziu os trabalhadores à precarização no sistema educacional durante a pandemia do Coronavírus?

Os sistemas escolares tiveram que suspender as aulas presenciais e reestruturar para oferecer atividades remotas de ensino, nesse sentido foi necessário que as redes de ensino oferecessem suporte tecnológico e material adequado às atividades *on-line*. O desenvolvimento de atividades de ensino remotas exige diferentes formas de trabalho e demanda novas aptidões dos professores. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) através da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 autorizou o ensino remoto até o fim da pandemia (Brasil, 2020).

Não é possível falar de ensino sem falarmos na figura do professor (a). Para Costa (2019, p. 78): “O ser professor é uma construção constante, na escola, na sala de aula, nas reuniões de planejamento e nas conversas com os colegas, fazendo com que, a todo o momento, a identidade docente esteja sendo construída e reconstruída”. Infelizmente o ensino remoto reconstruiu o papel do ser professor (a), intensificando a jornada do trabalho de docentes nas diversas instituições de ensino. No que tange à identidade docente, essa ficou comprometida com o ensino remoto, já que a socialização parte essencial da formação e autoformação docente ficaram comprometidas.

Além disso, o trabalho remoto no setor público sem o planejamento adequado e os investimentos do patrão (Estado), desgasta a classe trabalhadora docente e não gera resultados satisfatórios para a educação (Oliveira, 2020). Bem diferente do trabalho remoto realizado no setor privado, que desde o início não interrompeu suas atividades e investiu em adaptações para aquele momento de crise.

Porém, também houve quem duvidasse dos efeitos da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro, chefe de Estado é um exemplo nítido do negacionismo brasileiro frente aos acontecimentos da pandemia, o próprio chegou a definir o Coronavírus como uma “gripezinha (BBC News, 2021)⁷”. O negacionismo dos políticos que não enxergaram a necessidade de investimentos em tecnologias para o ensino remoto foram evidente (Oliveira; Pereira Júnior, 2020), “Diante da pandemia, esse quadro se agrava por meio de reações negacionistas e fundamentalistas, surgem à ideia de que a pandemia é uma invenção de laboratório ou que não passa de uma “gripezinha” (Oliveira; Pereira Júnior, 2020)”.

⁷ BBC News. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em 20/07/2021.

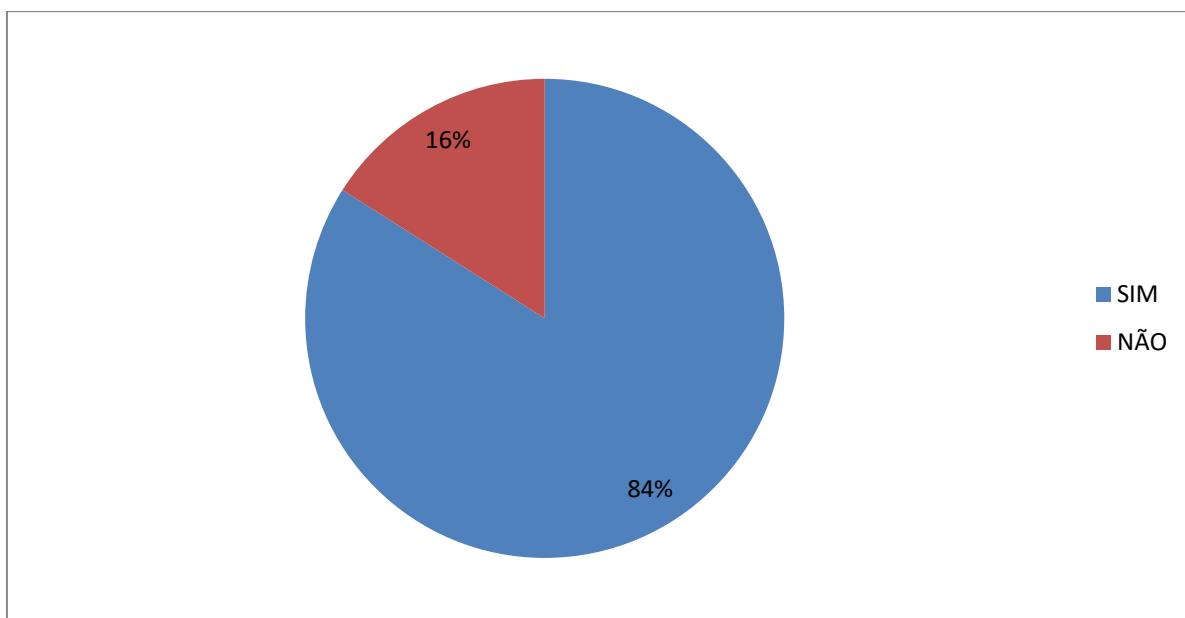
O distanciamento social e a tomada de maiores cuidados no que se refere à segurança sanitária, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, obrigaram diferentes setores do mercado e do Estado a promoverem adaptações para continuar a oferecer seus serviços (Oliveira, 2020, p.29).

A suspensão das aulas presenciais ser considerado um estado de caráter emergencial, pegou a todos de surpresa, não vindo precedida de um planejamento, demonstrou o quanto estavam despreparados os sistemas escolares públicos para o enfrentamento de uma crise global. A categoria docente, identificada como trabalhadores da educação carrega traços da profissionalização e da proletarização do mundo do trabalho contemporâneo. A proletarização é marcada pela precarização e desqualificação do trabalho docente no ensino remoto.

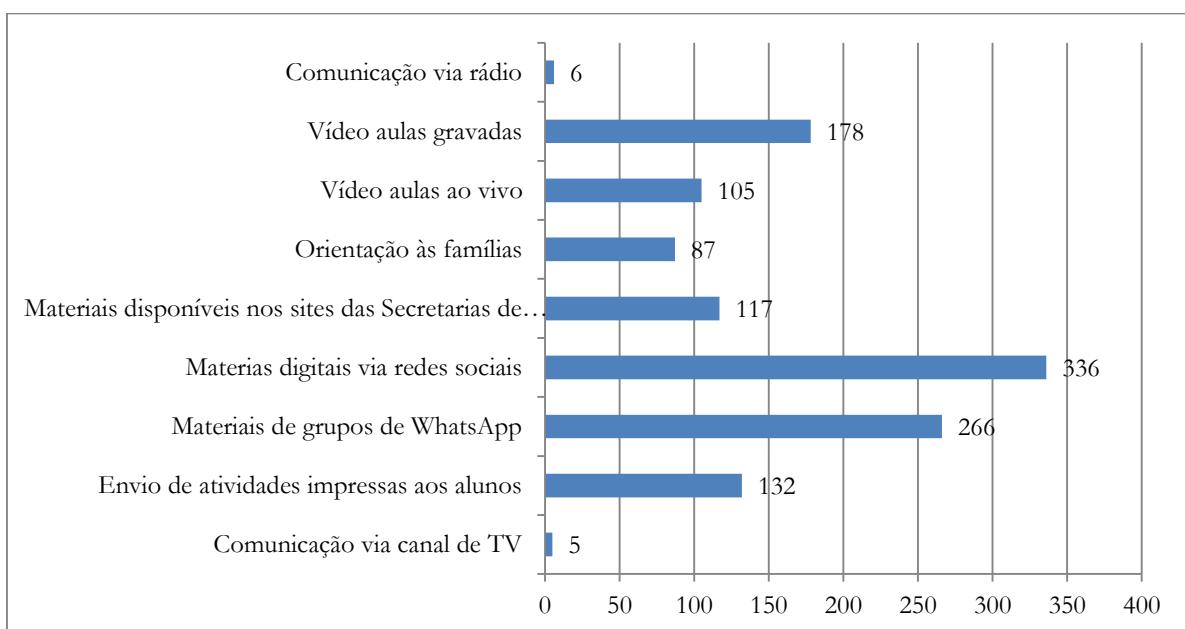
Muitos professores não têm os recursos necessários para ministrar as aulas, assim como muitos alunos não tiveram os recursos necessários para acompanhar as aulas. O ensino remoto foi acontecendo principalmente pelo teletrabalho. Para Mill (2016) o termo teletrabalho é novo, porém, pode ser definido como trabalho realizado à distância. Ainda segundo esse autor, o teletrabalho é:

A junção de tele- (longe, à distância) com trabalho (atividade humana), ou seja, teletrabalho, denominaria atividade humana à distância. Como a realização de alguma atividade à distância supõe uma mediação para transporte da informação ou mercadoria, a tecnologia ganha significado especial no processo de produção pelo teletrabalho (Mill, 2016, p.129).

O labor invisível dos professores aconteceu com o atendimento on-line aos alunos, pais e a gestão escolar. Fazer planejamento, participar da formação docente, elaborar apostilas, slides, editar vídeos, fazer relatórios, dar tutoriais, fazer a correção de atividades, enfim, fazer avaliação da aprendizagem, responder no privado mensagens nas redes sociais dos alunos, fizeram parte daquele cotidiano do professor (a) pelo teletrabalho. Para demonstrar um pouco desses impactos, nas condições do trabalho docente, utiliza-se dos seguintes dados:

Gráfico 01: Você tem trabalhado de forma remota com aulas?

Fonte: Costa e Cunha (2021, p. 27).

Segundo o gráfico 01 existem vários docentes que iniciaram o trabalho utilizando o ensino remoto e de certa forma a escola mudou para dentro da casa dos docentes - em estado de *home office*. Outro dado, importante que o relatório organizado por Cunha e Costa (2021) apresenta estão contidas no gráfico 02.

Gráfico 02: No ensino remoto, durante a pandemia, quais das seguintes estratégias educacionais você tem buscado para e/ou aprimorar suas atividades?

Fonte: Costa e Cunha (2021, p. 27).

Nota-se pelas informações, que durante a pandemia os professores da Bahia, tiveram que se autoformar e se instrumentalizar com tecnologias próprias para exercer seu labor. Fica visível a ausência governamental, para criar estratégias que evitassem o aprofundamento das desigualdades educacionais ou a superexploração e precarização docente. Dentre as estratégias educacionais mais usadas teve-se: a comunicação via rádio, a comunicação via canal de tv, o envio de atividades impressas aos alunos, materiais de grupos de *whatsapp*, materiais digitais via redes sociais, materiais disponíveis nos sites da Secretaria de Educação do estado para orientação dás famílias, vídeo aulas ao vivo e os vídeos aulas gravadas. Para Souza e Costa (2020) o ensino remoto também pode ser chamado de:

[...] hibridismo tecnológico digital, mas nada mais é do que o envio de atividade, tarefas, vídeo-aula, pelos professores para os alunos via redes sociais (*Whatssapps, Facebook, Youtubé*) ou outro meio de comunicação (*Email, Google Classroom, Correio, Rádio, TV, etc.*) como alternativa de proporcionar o ensino. Infelizmente, com esse tipo de trabalho, surge outro fator negativo, pois os professores estão usando seus bens privados (sua casa, seu celular, seu computador, sua internet) para fins públicos (p.400-401).

Assim, com esse tipo de trabalho, os recursos privados dos docentes foram colocando a serviço do bem público, no caso específico, disponibilizados para a educação. A educação é peça fundamental do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes, pois passa a ser mecanismo de perpetuação desse sistema (Mészáros, 2008). Como parte do mesmo, o ensino remoto deveria ser uma saída para o isolamento social, pois

[...], ele permite a conectividade com os alunos, garantindo uma proximidade e promovendo o ensino em tempos pandêmicos, mas se considerarmos o fato de que não são todos os alunos e docentes que têm disponibilidade para utilização desse meio, isso se torna um grande desafio para um país continental como o Brasil com tantas diferenças sociais e de acesso à tecnologia e à internet de qualidade (Santos, et. al., 2021).

Mas, ao contrário ele funcionou como um processo de aprofundamento de crises e desigualdades, além de mais precarização do trabalho do professor. As diferenças sociais e o acesso à tecnologia e à internet de qualidade durante a pandemia denunciam um cenário de disparidade socioeconômica da população brasileira. A barbárie da classe que vive e depende da educação pública num país que cresce o número de marginalizados enquanto o que Estado nega uma educação de qualidade a essa massa, ao mesmo tempo que a condiciona aos

interesses de uma burguesia que defende a implantação do estado privatista empresarial indo contra o desejo por uma educação para além do capital defendida por Mészáros (2008):

“A ‘autoeducação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas um da outra” – nas palavras de Mészáros. Antes disso, educação significa o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-lo à sua aceitação passiva. Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação (p.17)

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor (Freire, 2013). A educação deveria preparar os indivíduos apenas para o exercício de uma determinada profissão, exercida até o tempo da aposentadoria. Tendo assim, um caráter informativo limitado, a educação para os futuros trabalhadores, pois não requer pensamento crítico e capacidade inventiva (Tonet, 2012). Ora, a alienação⁸ tira do homem o fruto da sua produção e faz com se torne estranho a si mesmo e ao ambiente onde vive (Marx, 2008), para Dutra Júnior (2021):

O que mais esse mundo nos tira, além da substância viva (nossa vitalidade) na gangorra vampiresca que suga trabalho vivo, completamente escravizada por um mundo em que poucos, muito poucos, desfrutam da riqueza socialmente produzida e goza desse mundo ao passo que os demais vivem uma imensa correria tentando alcançar o dia seguinte, e ter menos uma casa antes de morrer (p. 1).

Para o ultroliberalismo, o ato do trabalho implica uma atividade consciente e livre, essa atividade é sempre social. “A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática (Saviani, 2012, p.82)”. Não há indivíduos fora da sociedade, à luta de classe, os sentimentos humanos, são exemplos que a vida social é determinada por fatores que não são biológicos, mas sociais, portanto, devem ser tratados de forma social, pois possuem e fazem parte da história.

O que nos torna escravos da propriedade privada dos meios de produção sobre o controle do trabalho – do metabolismo societal é o que nos condiciona a mão dos mercadores do capital. Desse modo, na relação trabalho – escola surgem uma nova determinação do modo de produção capitalista, e consequentemente seus agentes sofrem inúmeros processos de expropriação do trabalho, a precária condição do trabalho na pandemia da COVID-19, é exemplificada a seguir.

⁸ Aquilo que é criação do homem se afasta (aliena) dele, torna-se lhe estranho volta-se contra ele (Konder, 2009).

O TRABALHO DOS DOCENTES CONTRATADOS PELO REDA

Os docentes contratados são alvo de desrespeito e exploração no trabalho remoto. O trabalho em casa em tempo de *home office* contribui ainda mais para a precarização das atividades docentes. O trabalho remoto emergencial mediado por tecnologias excede a carga horária do trabalho docente, e não existe pagamento para essas horas extras desenvolvidas em *home office*. O labor do “*precariado professoral*”⁹ na pandemia é exaustivo, o que vem contribuindo para que os professores adoeçam no trabalho. Os principais sintomas são: agitação, depressão, irritabilidade, insônia, ansiedade, entre outras patologias (Costa e Cunha, 2021, p.34).

Outra questão, que foi silenciada, envolvendo os professores REDA foi a suspensão da convocação dos aprovados no Edital de abertura de inscrições da SEC/SUDEPE nº 08/2019 pela Portaria da SAEB/SEC de nº 019, de 10 de junho de 2020. Alguns professores que fizeram esse processo seletivo esperam muito tempo pela nomeação, outros se encontraram desempregados, desalojados, abrigados em casas de familiares e passaram por dificuldades financeiras, sem receber nenhum auxílio social, ficaram supérfluos ao funcionamento da sociedade que sobrevive do trabalho.

Além disso, num mesmo ano letivo, vinham-se fazendo mais de uma seleção, aumentando o número de contratados via REDA. Esses contratados representam o exército de reserva que utiliza-se para controlar os salários daqueles que estão empregados.

Quadro 01: A remuneração dos professores REDA de 20 horas

Edital/Ano	Vencimento básico	Gratificação da função temporária	Renumeração total
Edital SEC/SUDEPE nº 001/2015	R\$ 962,98	R\$ 300,25	R\$ 1.263,23
Edital SEC/SUDEPE nº 0003/2017	R\$ 1.072,68	R\$ 334,46	R\$ 1.407,14 9
Edital SEC/SUDEPE nº 005/2017	R\$1.072,68	R\$334,46	R\$1.407,14 - Professor Ed. Básica e Campo
Edital SEC/SUDEPE nº 001/2019	-	-	R\$1.014,35

⁹ O termo “*precariado professoral*” é inspirado na obra de: Silva, A. M. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: Editora CRV, 2019.

Edital SEC/SUDEPE nº 02/2019	R\$1.306,19	R\$407,27	R\$1.713,46
Edital SEC/SUDEPE nº 008/2019	R\$1.306,19	R\$407,27	R\$1.713,46

Elaboração: Souza, E.V., 2021.
Fonte: Editais dos processos seletivos.

Nesse quadro, vê-se o quanto o valor do salário do professor REDA entre 2015 à 2019, permaneceu baixo, mesmo após nossas seleções, não sofrendo muitos reajustes ao longo daquele período. Além disso, o estado concedeu inúmeras aposentarias, deixando muitas escolas num grande quadro de vacância, necessitando de mais professores para o ensino remoto. Também houve, um aumento da evasão escolar com o prologamento do fechamento das escolas, esse foi um momento prejudicial para o futuro das adolescentes, pois estavam mais vulneráveis a pandemia (Costa, 2021).

Enquanto não eram convocados, muitos professores passaram por necessidades, vivendo de doações, outros seguiam sua vida profissional desvalorizado e recebendo um baixo salário (Souza; Costa; Cunha, 2021). Segundo Nóvoa (2017) quando os professores recebem baixos salários, estão inseridos em escolas (ambientes) com péssimas condições de trabalho, e convivem com inúmeros processos de intensificação do trabalho por via de lógicas de burocratização e de controle, eles estão mais favoráveis a desprofissionalização da carreira docente. Adverte-se aqui que a qualidade do ensino está articulada com a valorização do professor, manifestada nas condições da formação, remuneração e no trabalho docente.

A valorização profissional é um direito promulgado pela Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), entretanto, essas mudanças oriundas do mundo do trabalho e as reformas educacionais dos últimos tempos vêm estabelecendo limites para a valorização profissional docente (Carissimi; Trojan, 2011).

“As condições de trabalho são de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho docente e para a garantia da valorização profissional (Carissimi; Trojan, 2011, p. 63)”, resultado das reformas educacionais postas nas últimas décadas que trouxeram novas formas de trabalho e novas políticas educacionais precarizadas no que tange às condições de trabalho docente. Existem organizações não-governamentais que vem propondo soluções pedagógicas e tecnológicas para amenizar os efeitos da suspensão das aulas durante a pandemia, é o caso da:

[...] Fundação Lemman, o Instituto Ayrton Senna, o Cieb e o Movimento Todos pela Educação buscaram ganhar maior visibilidade midiática entre os gestores e profissionais de educação ao proporem “soluções” políticas, pedagógicas e tecnológicas que remediassem os efeitos negativos da suspensão das atividades escolares presenciais (Magalhães, 2021, p.37).

Tais organizações vêm criando ações para a implementação e fortalecimento do ensino remoto, além de elaborar diagnósticos e propostas para a educação na/e pós-pandemia, afetando diretamente no trabalho docente. Essas iniciativas privadas escondem alterações profundas na concepção e organização do sistema escolar brasileiro, ou seja, a crise da pandemia trouxeram inúmeras oportunidades para empresariado educacional, reflexo da introversão direta das políticas neoliberais na educação pública ao impor a mercantilização da educação.

Dentre as múltiplas determinações do “ensino” remoto estavam: os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência democrática para adoção desse modelo e a precarização e intensificação do trabalho docente, como expõe Saviani e Galvão (2021). Ainda segundo esses autores, o discurso de adesão por falta de alternativa é falacioso uma vez que se tratou de uma escolha política.

O termo ensino remoto popularizou-se devido às atividades presenciais das instituições educacionais normais deixarem de ser normais ocultando o processo privatista da Educação à Distância (EAD) pelo ensino por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). O ensino remoto deveria ser usado de forma temporária e substituta ao ensino presencial, mas já existia o receio que ele perpetue pós-pandemia, então como ficaria o ensino público?

No entanto, para o funcionamento do ensino remoto nas escolas, determinadas questões deveriam ter sido levantadas: como o acesso a internet, o acesso à sala virtual e as ferramentas virtuais para o uso pedagógico. Mesmo, sabendo dessas questões, as escolas foram usando do ensino remoto para cumprir o calendário escolar. Nesse processo quem mais sofreu foram os professores, pois a falta de recursos e o agravamento das doenças físicas e psíquicas, além da intensificação do seu trabalho e consequentemente a precarização do trabalho foram acometidos (Souza; Costa, 2020).

As atividades profissionais que dependiam diretamente do trabalho humano foram substituídas pela automação¹⁰. Para Moraes Neto (1995) existe automação sempre que ocorre

¹⁰ Para Freury (1998, p.18): “[...] automação trata basicamente da informação e substitui a ação do trabalhador no controle do equipamento”.

substituição do homem pelos elementos materiais, tornando-se uma “unidade dominante” do processo de produção. A automação é uma coisa bastante conhecida da humanidade, pois existe desde o revolucionamento da indústria têxtil. A automação deveria proporcionar lazer, porém está substituído o serviço braçal humano pelas máquinas.

A apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho contribui para o isolamento do ser humano. A tecnologia vem convertendo o ser humano em instrumento de submissão da força de trabalho conduzindo-o à exaustão. A docência uberizada¹¹ terá na experiência do ensino remoto uma alavanca a serviço dos interesses mercadológicos. Essa situação se manifesta nas novas tecnologias e expressa o fenômeno que vem sendo chamado de uberização do trabalho. Assim, com o ensino remoto os problemas das condições de trabalho docente aumentam ainda mais com a COVID-19.

Para discutir as condições de trabalho dos professores terceirizados durante a pandemia é importante considerar outros aspectos que estão além das condições do labor docente, entre eles, a formação inicial e continuada, a remuneração e a carreira. Segundo Oliveira (2020) essas variáveis são denominadas no contexto brasileiro como valorização docente. A valorização docente eram feitas a partir dos espaços escolares, entretanto revelou-se num conjunto de situações desconhecidas (ou ignoradas) até então, que exigem novas e diferentes condições de trabalho, como:

[...] a ausência dos meios necessários para o pleno desenvolvimento das atividades, ou seja, a falta de equipamentos adequados, como computadores, tablets, microfones e câmeras, a conexão de redes de internet, a formação insuficiente para lidar com os programas e os recursos tecnológicos, a pouca (ou total ausência de) experiência com ambientes virtuais, até questões relacionadas ao suporte pedagógico para a realização do trabalho (Oliveira, 2021, p.34).

A sociedade é marcada pela tecnologia, que contribui para diversas alterações, inclusive no âmbito educacional, emergindo novas práticas pedagógicas que alteram a forma de ensinar e aprender. O ensino remoto desafia o professor a buscar novas metodologias, inserindo as tecnologias em seu planejamento (Silva, 2021). As ferramentas de tecnologias necessitam de profissionais qualificados, capazes de auxiliarem os (as) alunos (as) nas aulas remotas, principalmente através do computador e do celular com acesso a internet.

A sobrecarga desses miseráveis trabalhadores da educação na realização das atividades remotas é um fato constatado, resultado da falta de formação específica para o trato das tecnologias educacionais, contribuindo para a dificuldade em lidar com as

¹¹ A Docência uberizada é uma tendência da precarização do século XXI (Silva, 2019).

ferramentas digitais acarretando o aumento do tempo de trabalho para gravar as aulas. De acordo com Oliveira (2021)

Nesse sentido, a sobrecarga de trabalho no momento da pandemia é um fator que pode não ter a visibilidade necessária, seja pelo distanciamento social, seja pelo fato de que os arranjos domésticos que cada profissional realiza para cumprir suas tarefas podem não ser socializados nos coletivos escolares (p.36).

Oliveira (2021) argumenta que a sobrecarga de trabalho pode estar sendo silenciada devido ao distanciamento social. As condições de trabalho postas pelo teletrabalho deixam dúvidas sobre o real significado, alcance e efetividade do retorno às atividades escolares no ensino remoto emergencial. Através do ensino remoto foi possível a contabilização, a integralização e reposição da carga horária do ano escolar.

O retorno das atividades de forma híbrida divulgado pela Portaria de nº 1138 (Bahia, 2021) foi uma medida inoportuna, pois os políticos estão passando a boiada, enquanto a população estavam lutando pela vida (Farias, 2021). Além disso, existia o aumentando dos casos da variante delta, algo indefinido no país, o número de mortes foi elevado entre os jovens e muitos profissionais da educação ainda não tinha sidos vacinados.

O retorno das aulas semipresencial obrigaram o uso dos serviços públicos como transporte coletivo colocando em risco a saúde do público escolar, ora a realidade das escolas públicas por todo o estado é bem diferenciada, o que exige formas e maneiras diferentes para o retorno das aulas presenciais. Dessa forma, o retorno às aulas presenciais naquele tempo foi uma negligencia de um Estado privatista. Ao que parece nossas autoridades estavam mais preocupadas em passar a boiada, com mais atenção nos números de presença nas escolas do que com a preservação da saúde do trabalhador e do público escolar como um todo.

CONSIDERAÇÕES

A pandemia da COVID-19 gerou uma crise sem precedentes e trouxe impactos e consequências econômicas e sociais. O distanciamento social comprometeu a rotina das pessoas, e consequentemente dos profissionais da educação. As redes de ensino se viram nesse cenário de crise, forçadas a suspender as aulas presenciais e a procurarem alternativas para realizar as atividades de ensino de forma remota, com isso o trabalhador da educação tiveram suas vidas afetadas.

Desde então, os profissionais da educação tiveram que se desdobrar para dar aula *online*, sem o suporte técnico necessário e sem qualquer planejamento prévio, as condições do

trabalho pelo ensino remoto intensificaram a precarização do trabalho docente. Devemos denunciar as situações de precariedade do trabalho docente nas escolas públicas e a falta de formação para os professores. Mas essa denúncia deve vir acompanhada pela luta de classe, por ações/reflexões que tragam mudanças para a carreira do professor (Nóvoa, 2017).

É importante que as universidades se apropriem da pesquisa de temas voltados para as políticas públicas, principalmente as de cunho educacional. A Universidade deve ocupar o território de produções científicas sobre o tema para poder propor discussões dessas políticas, para Magalhães (2021): “A política educacional, mesmo quando afeta de forma mais incisiva o trabalho docente, não deve ser encarada como uma questão meramente “econômico-corporativa”(p.60).” Historicamente, as políticas educacionais partem do Estado para o povo.

O neoliberalismo de viés ideológico é o que tem sido empregado na elaboração das políticas educacionais do Estado Brasileiro. Logo, essas políticas acabam por contribuir para a precarização da educação, com a desvalorização dos seus profissionais e para com a desvalorização do público em relação ao privado. Assim, o campo da formação docente necessita de investigações que apontem caminhos que possam trazer novas demandas e possibilidades para os futuros professores (Costa, 2019).

As tecnologias da informação e comunicação exigem novas formas de ensinar e aprender na educação, porém o seu uso exige formação tanto por parte dos professores (as), quanto dos (as) alunos (as). Os (as) professores (as) REDA naquele contexto pandêmico, sem dúvida foram atingidos, pois muitos não foram convocados, uns tiveram o salário suspenso, outros perderam o emprego e há ainda os que foram obrigados a trabalhar em casa em *home office* pelo teletrabalho, sem apoio e estrutura adequada da rede para ministrar as aulas remotamente. Os trabalhadores foram obrigados a retornar as aulas na modalidade semipresencial¹² sem que todos estivessem vacinados, enquanto muitas escolas ainda não tinham passando por reformas de adaptação as recomendações sanitárias necessárias ao funcionamento presencial (Globo, 2021).

Nesse sentido, o professor(a) vivenciou a plena precarização da profissão pelo Regime Especial de Direito Administrativo. É preciso ir conscientizado a população, pois o ensino pós-pandemia anunciam pressões para continuidade da educação a distância, como se fosse

¹²GLOBO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/07/20/governo-define-volta-as-aulas-semipresenciais-para-turmas-do-ensino-medio-na-proxima-semana-fundamental-retornara-em-agosto.ghtml>>. Acesso em 03/08/2021.

equivalente ao ensino presencial. Os diversos interesses econômicos privados nesse modelo são reflexos da falta de responsabilidade do Estado com a educação pública de qualidade no país.

Portanto, a nova morfologia do trabalho (inseridos nessa morfologia - os Trabalhadores contratados pelo REDA) também pode favorecer uma nova morfologia das lutas sociais e de classe, de auto-organização e de novas formas de representação (Antunes, 2020). A revolução não é apenas um ato histórico, mas o pensar é um ato histórico, pois antes é um ato mental. Assim, o contexto requer cautela, prudência, e responsabilidade; pois o direito à vida perpassa a qualquer outro direito social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica.** Disponível em: <<https://blogdabotempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em 24/12/2021.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BAHIA. **Portaria de nº 1138 de 20 de junho de 2021.** Salvador, BA: Diário Oficial, 2021.
- BAHIA. **Portaria da SAEB/SEC de nº 019, de 10 de junho de 2020.** Salvador, Ba: Diário Oficial, 2020.
- BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para seleção pública para contratação temporária de pessoal na função Professor da Educação Básica, Educação profissional e Professor Indígena, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito administrativo - REDA. **Edital SEC/ SUDEPE nº 001/2015.** In: Diário Oficial: Bahia, 4 de junho de 2015.
- BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para desempenho da função Professor, por segmento da Educação visando à contratação por tempo determinado, em Regime Especial de Direito administrativo - REDA. **Edital SEC/ SUDEPE nº 003/2017.** In: www.ibrae.com.br. Acesso em 28/02/2021.
- BAHIA. Processo Seletivo simplificado para contratação de pessoal nas funções de professor da educação básica, da educação básica no campo e professor indígena para a educação indígena por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA. **Edital SEC/SEDEPE nº005/2017.** In: www.ibrae.com.br. Acesso em: 03/07/2021.
- BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de direito Administrativo – REDA, para a função de professor indígena. **Edital de abertura de inscrições SEC/SUDEPE nº 01/2019.** In: Diário Oficial: Bahia, 10 de outubro de 2019.

BAHIA. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, para a função de professor da educação profissional, **Edital SEC/SUDEPE de nº 02/2019**. Disponível em:<http://www.saeb.ba.gov.br/arquivos/File/EditalAberturaInscricoes_SAEB SAC_001_22ago19.pdf>. Acesso em: 03/07/2021.

BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de direito Administrativo - REDA. **Edital de abertura de inscrições SEC/SUDEPE nº 008/2019**. In: Diário Oficial: Bahia, 10 de outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (*LDB*). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n.º 2048, p.27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Auxílio Emergencial**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 04/05/2021.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006>>. Acesso em 02/12/2021.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick; TROJAN, Rose Meri. A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais. In: **Jornal de Políticas Educacionais**, nº 10, p. 57–69, ago./dez., 2011.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

COSTA, Glauber Barros Alves. **Cartografias do PIBID de Geografia no Brasil**: O desenho da política pública e seus saberes. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, (UFSCAR). São Carlos: São Paulo, 2019.

COSTA, Glauber B. A; CUNHA, Ana Luiza S. (Orgs.). **Relatório de pesquisa** [livro eletrônico]: os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da covid-19 na Bahia. 1º ed. Caetité (BA): UNEB- Universidade do Estado da Bahia, 2021.

COSTA, Ruy. A evasão escolar durante a pandemia. In: **Farol da Bahia**. Disponível em: <<https://www.faroldabahia.com/noticia/prejudicial-para-o-futuro-das-adolescentes-diz- rui-costa-sobre-a-evasao-escolar-durante-a-pandemia>>. Acesso em 20/07/2021.

DUTRA JÚNIOR, Wagnerlalter. **Das armas da crítica a crítica das armas**: a barbárie bate à nossa porta como o abismo que te decifra e te devora. Disponível em:<<http://capitaltrabalho.blogspot.com/>>. Acesso em: 26/12/2021.

FARIAS, Marco Aurélio Silva. A exploração da classe trabalhadora pelo ensino remoto. In: **Instagram@marcoaurelioprofessor**, 2021.

FLEURY, Afonso Carlos Corrêa. Automação, organização do trabalho e produtividade. In: **Revista Engenharia de Produção**, São Paulo, n.1, p.17-22, jan. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um conceito marxista de alienação. 2^a ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MAGALHÃES, Jonas *et al* (org). **Trabalho docente sob fogo cruzado** [recurso eletrônico]. 1^a ed. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2^a ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Automação e trabalho: Marx igual a Adam Smith? In: **Revista Estudos Econômicos**, v.25, n.1, p. 53-75, 1995.

MILL, Daniel. **Educação à distância e trabalho docente virtual**: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade da Mídia. Tese de doutorado-Belo Horizonte (MG): UFMG, 2016.

NÓVOA, António. Firmar A Posição Como Professor, Afirmar a Profissão Docente. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.166, p.1106-1133, out./dez., 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez., 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola: fragilidades evidenciadas pela pandemia. In: **Revista USP de São Paulo**, n. 127, p. 27-40, outubro/novembro/dezembro, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almeida, 2020.

SANTOS, Célia Texeira dos; *et al.*, Pesquisa com os professores e as professoras da educação básica da Bahia – Ensino Remoto e EAD. In: COSTA, Glauber B. A; CUNHA, Ana Luiza S. (Orgs.). **Relatório de pesquisa** [livro eletrônico]: os desafios de ser professor (a) durante

a pandemia da covid-19 na Bahia. 1º ed. Caetité (Bahia): UNEB- Universidade do Estado da Bahia, 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia:** a falácia do “ensino” remoto. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. ANDES-SN, janeiro de 2021.

SAVIAVI, Dermeval. **Escola e Democracia:** Polêmicas do nosso tempo. 42ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2012.

SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no brasil: uma tendência de precarização no século xxi. In: **Revista Trabalho Necessário**, v.17, nº 34, set./dez., 2019.

SILVA, Edna A. P.; ALVES, Doralice L. R.; FERNANDES, Marinalva N. O papel do professor e o uso das tecnologias educacionais em tempos de pandemia. In: **Revista Cenas Educacionais**. Caetité - Bahia - Brasil, v.4, n. 10740, p.1-17, 2021.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber B. Alves. As condições de trabalho dos professores de Geografia no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) durante pandemia do Coronavírus. In: **Revista Pegada**, vol. 21, n.2. Maio-Outubro/2020.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber B. A.; CUNHA, Ana Luiza S. A classe trabalhadora silenciada na pandemia: o caso dos docentes no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) na Bahia. In: **Anais do XIV ENANPEGE**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78147?fbclid=IwAR1NKxm9pWbXq5za9hlEBN5w30R32jKw_spFgwOOmx46L78RkKpXMGauN9c>. Acesso em 24/12/2021.

SOUZA, Raimunda Aurea Dias de; SOUSA, Ronilson Barbosa de; REIS, Leandro Cavalcanti. O trabalho e a classe trabalhadora em tempos de pandemia da COVID-19. In: **Revista Pegada**, vol. 21, n.3, Setembro-Dezembro/2020.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O pior está porvirus:** em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia. Disponível em:<<http://otim.fct.unesp.br/o-pior-esta-porvirus-em-defesa-da-classe-trabalhadora-para-alem-da-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em 26/12/2021.

Submetido em: setembro de 2022
Aceito em: julho de 2025